



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro-
Coordenação de Análise Técnica

Parecer nº 59/FEAM/URA TM - CAT/2024

PROCESSO Nº 1370.01.0022080/2023-72

ADENDO AO PARECER ÚNICO Nº 75326280

(DOCUMENTO SEI Nº 90094004)

INDEXADO AO PROCESSO:

Licenciamento Ambiental

PA SLA:

4117/2022

PROCESSO SEI:

1370.01.0022080/2023-72

SITUAÇÃO:

Sugestão pelo Deferimento

CERTIFICADO DE LICENÇA: 4117 (LAC1 -
RENLO)

VALIDADE DA LICENÇA: 24/11/2031

EMPREENDEDOR: ECOBRIX BRITAGEM E
USINAGEM LTDA.

CNPJ: 18.675.364/0001-37

EMPREENDIMENTO: ECOBRIX BRITAGEM E
USINAGEM LTDA.

CNPJ: 18.675.364/0001-37

MUNICÍPIO: Uberlândia/MG

ZONA: Rural

COORDENADA
GEOGRÁFICA
(DATUM): SAD 69

LAT/Y 18°52'35.396"S

LONG/X 48°19'56.656"O

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

INTEGRAL	ZONA DE AMORTECIMENTO	USO SUSTENTÁVEL	x	NÃO
BACIA FEDERAL: Rio Paranaíba		BACIA ESTADUAL: Rio Uberabinha		
UPGRH: PN2		SUB-BACIA: Córrego do Salto		
CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)	CLASSE	FATOR LOCACIONAL	
A-02-09-7	Extração de rocha para produção de britas (produção bruta = 430.000 t/ano, nas poligonais ANM nº 830.778/2003, nº 830.779/2003 e nº 834.451/2010)	4	0	
B-01-01-5	Britamento de pedras para construção (área útil = 2,90 ha)	2		
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:	
Rafael Fernandes de Sousa (Engenheiro Ambiental)		CREA-MG 138.849/D	MG20210504002	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 243513/2024		DATA DE LAVRATURA: 27/02/2024		
AUTO DE INFRAÇÃO: 331579/2024		DATA DE LAVRATURA: 18/03/2024		

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Adryana Machado Guimarães (CAT TM)	1.364.415-8	
Ana Luiza Moreira da Costa (CAT TM)	1.314.284-9	
Anderson Mendonça Senna (CAT TM)	1.225.711-9	
Rodrigo Angelis Alvarez (CAT TM) - Coordenador Regional de Análise Técnica	1.191.774-7	

Paulo Rogério da Silva (CCP TM) - Coordenador Regional de Controle Processual	1.495.728-6	
---	-------------	--



Documento assinado eletronicamente por **Adryana Machado Guimaraes, Servidor(a) Público(a)**, em 11/06/2024, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 11/06/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Moreira da Costa, Servidor(a) Público(a)**, em 11/06/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Mendonca Sena, Servidor(a) Público(a)**, em 11/06/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **90093667** e o código CRC **EB0DE127**.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 1 de 17
--	---	--

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste Parecer Único (PU) é subsidiar a decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de sua Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias (CMI), quanto à solicitação de Autorização para Intervenção Ambiental (AIA), vinculada ao processo de licenciamento ambiental PA SLA nº 4117/2022, de Renovação de Licença de Operação (LAC1 - RENLO) do empreendimento Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda., cujo Certificado de Licença nº 4117 fora concedido em reunião ocorrida no dia 24/11/2023, sendo válido até 24/11/2031. Trata-se de um Adendo ao PU nº 75326280.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO

A solicitação de AIA foi feita por meio do Processo SEI nº 1370.01.0022080/2023-72, em 18/05/2023 (Recibo Eletrônico de Protocolo nº 66198638), algum tempo após a formalização do PA SLA nº 4117/2022 (ocorrida em 18/11/2022).

Conforme requerimento inicial (documento SEI nº 66198541), foi solicitada intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo (continuação da lavra), em parte do imóvel rural de matrícula nº 87.037 (3,2015 ha).

Em um primeiro momento, a vegetação que seria suprimida fora caracterizada como “cerrado nativo”, levantando questionamentos da equipe técnica à época da elaboração do PU nº 75326280. Assim, pela verificada ausência de informações importantes e necessárias à avaliação da solicitação, ficou determinado, na seção 7 do referido PU, que o requerimento seria tratado em ocasião futura (pós análise da RENLO).

Em 20/10/2023, foi realizada uma vistoria técnica no local para simples reconhecimento.

Em 13/11/2023, ratificada a falta de informações básicas instruindo o processo, foi elaborado e enviado ao representante do empreendimento o Ofício FEAM/URA TM - CAT nº. 137/2023 (documento SEI nº 76829168), solicitando-se a apresentação dos estudos de flora necessários à avaliação do requerimento, em conformidade com os critérios da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, de 26/10/2021, e com os termos de referência disponíveis, bem como do Projeto Executivo de Compensação Florestal (PECF), com proposta de compensação pelas intervenções em vegetação no bioma Mata Atlântica.

Em 21/12/2023, novos documentos foram incluídos no processo (Recibo Eletrônico de Protocolo nº 79334032), junto ao OF. Nº 349/2023 (documento SEI nº 79334029) de resposta às solicitações.

Em 16/02/2024, nova vistoria foi realizada no local, gerando o Auto de Fiscalização (AF) nº 243513/2024, lavrado e enviado no dia 27/02/2024, via Sistema de Fiscalização e Auto de

Infração Digital (SISFAI) ao e-mail de comunicação cadastrado no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA).

Em 18/03/2024, foi lavrado e enviado o Auto de Infração (AI) nº 331579/2024 (vinculado ao AF nº 243513/2024), referente aos códigos 301-A e 302-A, do Anexo III, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, uma vez que o empreendedor realizou parte da intervenção ambiental requerida (com supressão de vegetação nativa) em área comum (aproximadamente 0,24 ha), sem a devida autorização, e que a lenha não foi localizada, nem sua destinação comprovada. Por isso, restou embargada a área suprimida até a regularização da intervenção, não podendo nela ser realizada qualquer tipo de atividade e devendo ser tratada em procedimento corretivo junto ao processo.

Em 27/02/2024, 01/04/2024 e 03/04/2024, o empreendedor foi notificado quanto às solicitações de informações complementares ao processo de AIA, efetuadas por meio dos Ofícios FEAM/URA TM - CAT nº. 33/2024 (documento SEI nº 82785943), FEAM/URA TM - CAT nº. 45/2024 (documento SEI nº 85098649) e FEAM/URA TM - CAT nº. 50/2024 (documento SEI nº 85369651), respondidas, em 08/03/2024 (Recibo Eletrônico de Protocolo nº 83687631) e em 02/05/2024 (Recibo Eletrônico de Protocolo nº 87468482).

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O acesso ao empreendimento Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda. se dá pela Rodovia Laudelina Perpétua de Jesus, km 01, Setor Usinas, Distrito Industrial, Uberlândia/MG.

Está localizado na Fazenda do Salto (coordenada de referência: 18°52'35.396"S e 48°19'56.656"O), sendo composto, atualmente, por 6 matrículas - 2 urbanas e 4 rurais (vide Quadro 01). A Figura 01 ilustra o mapa geral do empreendimento.

MATRÍCULA	ÁREA TOTAL (ha)		RESERVA LEGAL (ha)		APPs (MAPA) (ha)	PROPRIETÁRIOS	OBS.
	MATRÍCULA	MAPA	AVERBADA	NÃO AVERBADA			
16.474 - Urbana	16,8556	16,8543	Área urbana (AV-15)		Córrego do Salto (não contabilizada)	Araguaia Engenharia Ltda. (R-36 - locação para Ecobrix)	-
59.994 - Urbana	2,00	2,00	Área urbana (AV-6)		0	Araguaia Engenharia Ltda. (R-26 - locação para Ecobrix)	-
59.286 - Faz. do Salto	4,43317	3,5083	0 (menos de 4 módulos fiscais)		0	Araguaia Engenharia Ltda. (R-13 - locação para Ecobrix)	-
67.691 - Faz. do Salto	6,337365	6,0199	0	1,5433 (incluída no mapa)	0,6558 (Rio Uberabinha)	Araguaia Engenharia Ltda. (R-25 - locação para Ecobrix)	-
87.037 - Faz. do Salto	13,6950	13,8481	2,74 (AV-72-87.037 e AV-6-27.461)	0,03920 (incluída no mapa)	1,6195 (Rio Uberabinha)	Araguaia Engenharia Ltda. (R-26 - locação para Ecobrix)	Mat. 27.461: área total = 10,2429 ha; RL própria = 2,05 ha (AV-4)
96.526 - Faz. do Salto, Córrego da Boa Vista e Faz. Monalisa	30,7732	30,6038	RL4 (3,94) + RL5 (2,22) = 6,16 (AV-2)	0	2,3756 (Rio Uberabinha)	Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda.	-
TOTAL	74,094335	72,8344					

Quadro 01: Matrículas que Compõem o Empreendimento
Fonte: PU nº 75326280 (Subseção 2.2 - Quadro 02)

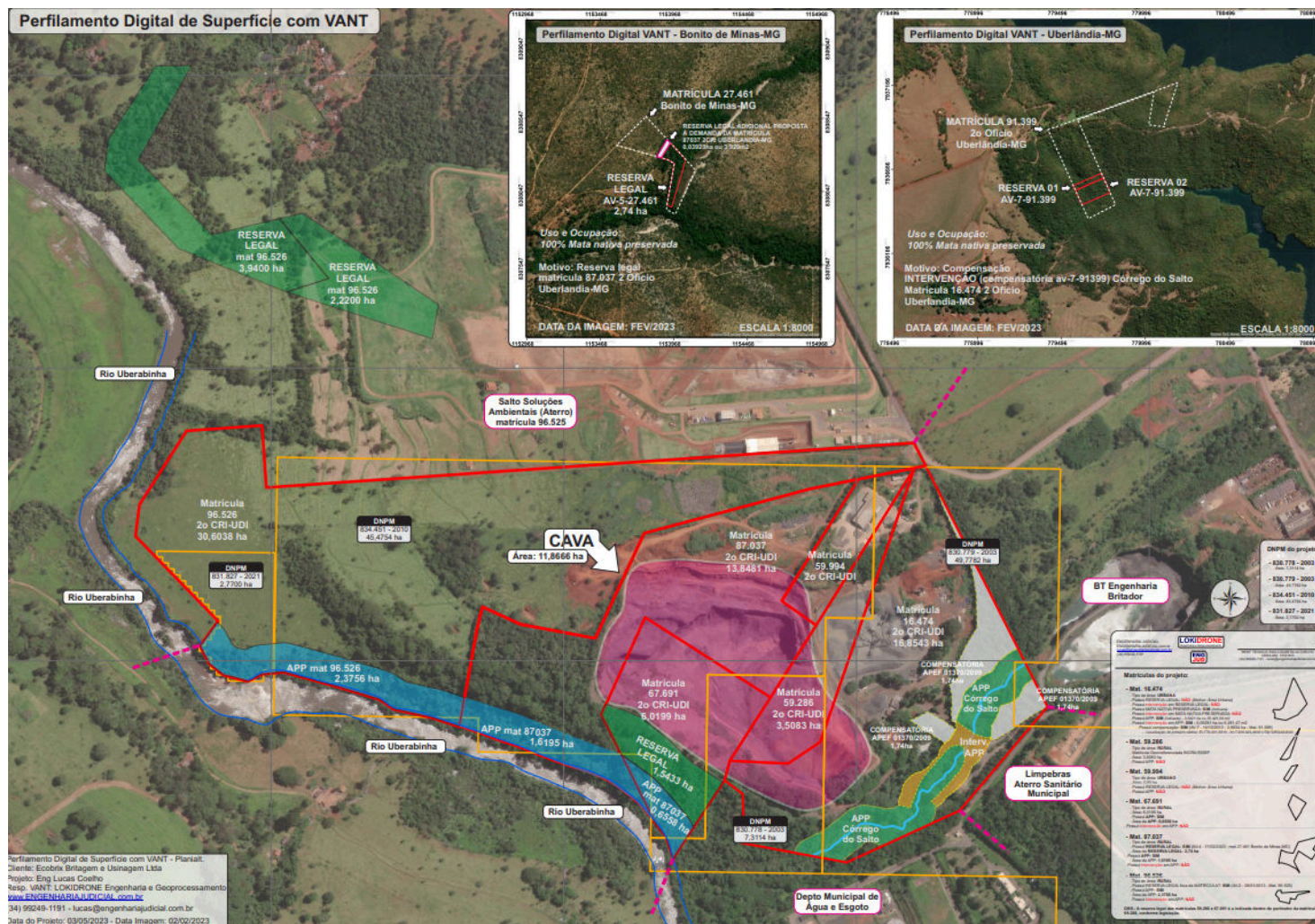


Figura 01: Mapa do Empreendimento (Fazenda do Salto)

Fonte: PA SLA nº 4117/2022

O empreendimento localiza-se no Bioma Cerrado, conforme mapa de biomas do IBGE.

2.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO SOLICITADA

Como já pontuado, inicialmente, foi solicitada intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo (continuação da lavra), em parte do terreno da **matrícula nº 87.037**. Observando-se o mapa apresentado (documento SEI nº 66198607), trata-se da antiga área de Reserva Legal do imóvel, totalmente inserida na poligonal ANM nº 834.451/2010 e composta por vegetação nativa densa e fechada.

A Figura 02 ilustra parte do mapa apresentado no requerimento inicial de AIA (esquerda) e parte do mapa georreferenciado do empreendimento, inserido no relatório de informações complementares do PA SLA nº 4117/2022 (direita).

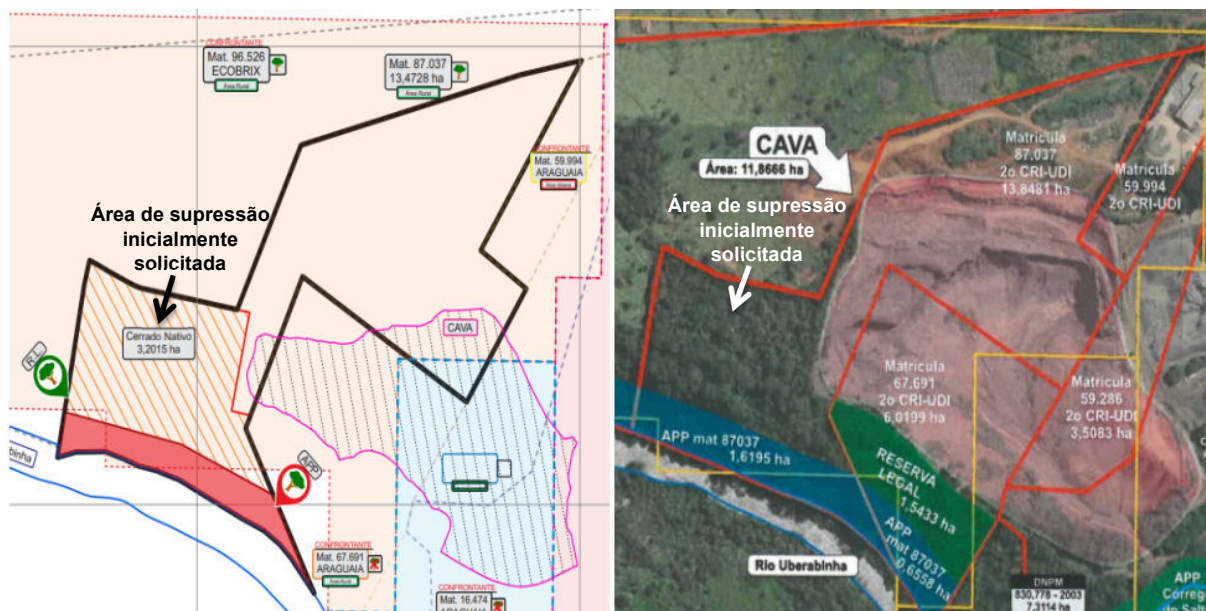


Figura 02: Área de Supressão Inicialmente Solicitada no Requerimento de AIA

Fonte: PU nº 75326280 (Seção 7 - Figura 06)

Conforme mencionado, inicialmente, a vegetação que seria suprimida fora caracterizada como “cerrado nativo”, entretanto, em resposta ao Ofício FEAM/URA TM - CAT nº. 137/2023, foi apresentado novo Laudo Técnico Ambiental com diagnóstico e caracterização da vegetação nativa existente na unidade (documento SEI nº 79334031). A campanha de campo para coleta de dados e determinação do estágio sucessional e fitofisionomias presentes no local aconteceu no dia 05/12/2023.

No documento consta que a área se encontra em Bioma Cerrado e, na Avaliação Ecológica Rápida (AER), foram verificadas 2 fitofisionomias: **Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração - FES inicial (1,7894 ha)** e **Floresta Estacional Decidual**

em estágio avançado de regeneração - FED avançada (2,5185 ha), totalizando 4,3079 ha (Figura 03).

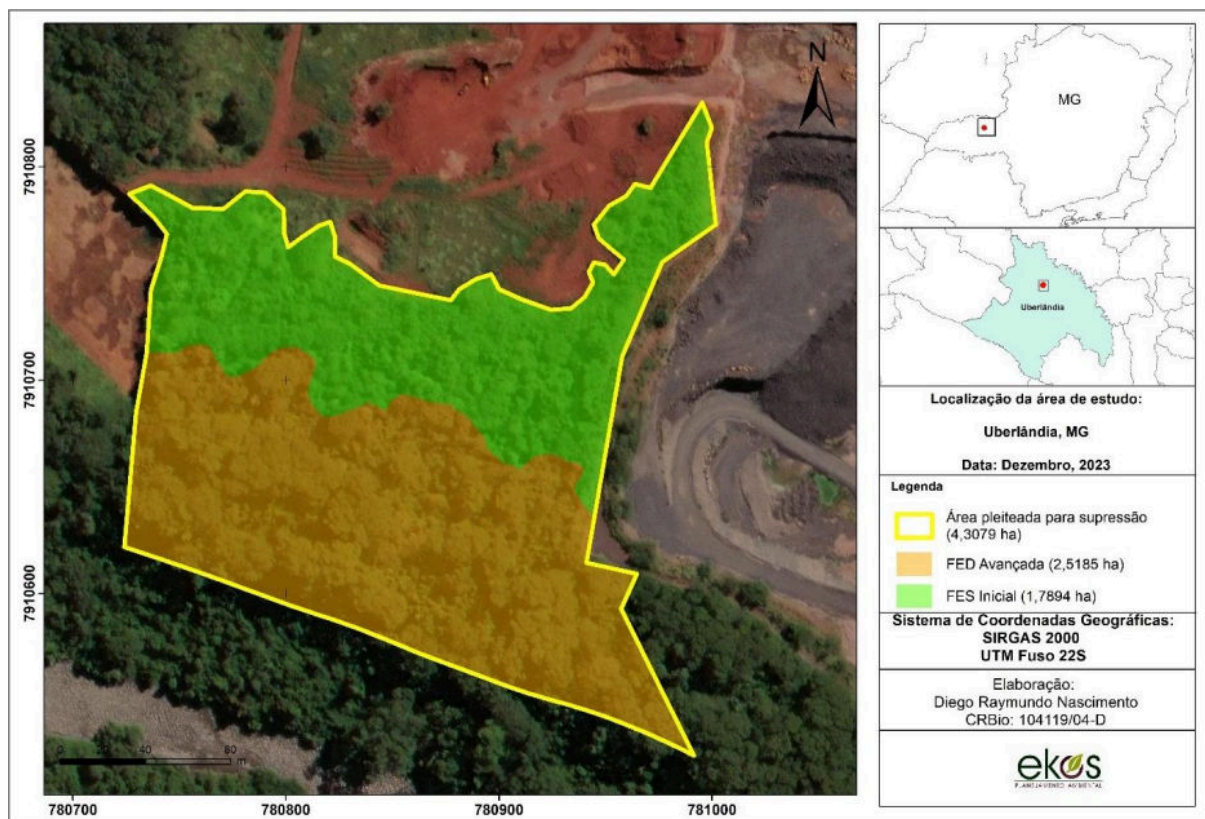


Figura 03: Ocupação do Solo da Área Inicialmente Pleiteada para Intervenção

Fonte: Laudo Técnico Ambiental - Diagnóstico e Caracterização da Vegetação Nativa Existente na Unidade (documento SEI nº 79334031)

A Floresta Estacional Semidecidual é uma fitofisionomia presente no Bioma Mata Atlântica e suas disjunções, e, desta forma, está sujeita ao regime jurídico de proteção da Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006) e demais legislações que versam sobre o tema, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Art. 45 - Estão sujeitas ao regime jurídico dado à Mata Atlântica, conforme previsto na Lei Federal nº 11.428, de 2006, e no Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, todas as tipologias de vegetação natural que ocorrem integralmente no bioma, bem como as disjunções vegetais existentes.

Considerando a nova caracterização da vegetação local, o empreendedor passou a pleitear **intervenção apenas na área de FES inicial (1,7894 ha)**. O Inventário Florestal - Projeto de Intervenção Ambiental (PIA) apresentado (documento SEI nº 79334030) considerou amostragens em 5 parcelas de 10 m x 10 m cada, totalizando 0,05 ha, dentro desta área (Figura 04).

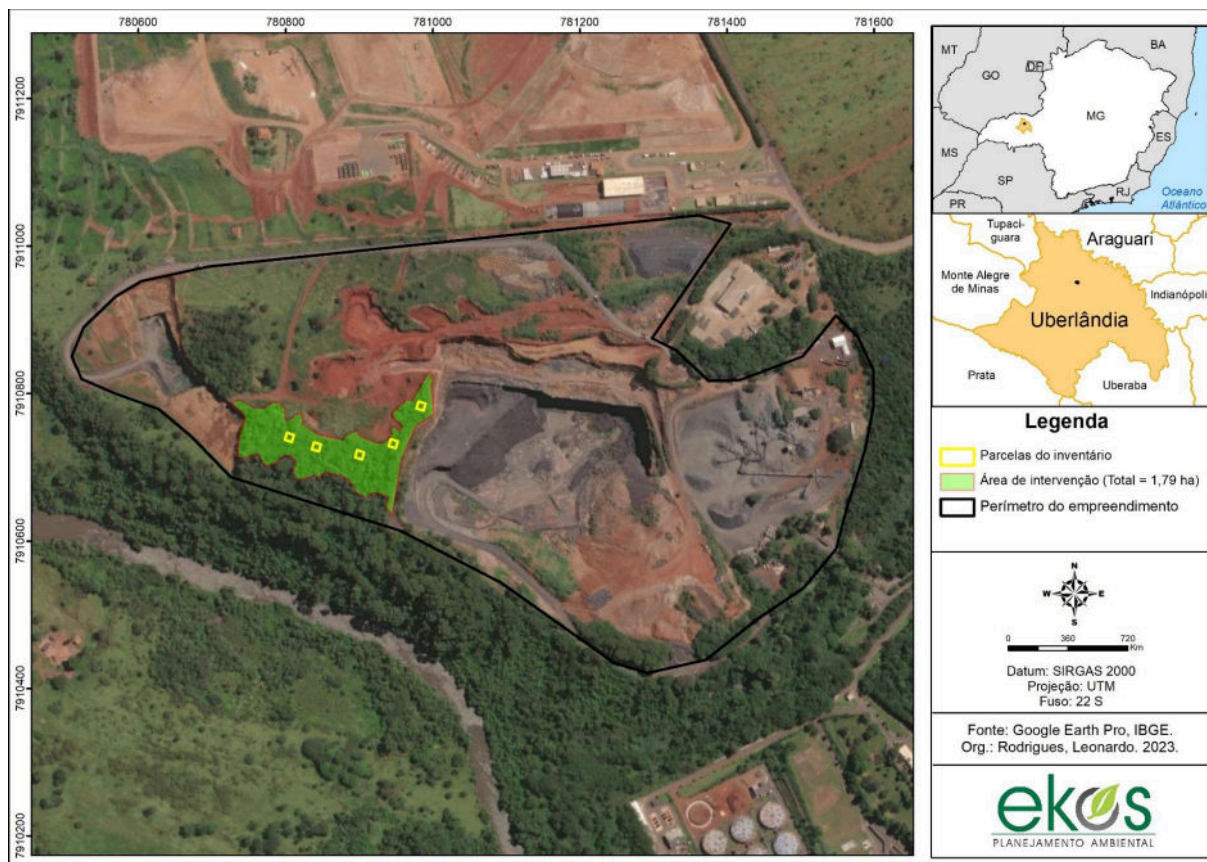


Figura 04: Distribuição das Parcelas de Amostragem do Inventário Florestal na Área de FES Inicial
Fonte: Inventário Florestal - Projeto de Intervenção Ambiental (PIA) (documento SEI nº 79334030)

2.2 RESERVAL LEGAL (RL) E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DA MATRÍCULA Nº 87.037

O Quadro 02 ilustra as informações relevantes referentes à RL da matrícula nº 87.037. Esta é constituída por: **2,74 ha averbados** em regime de compensação na Fazenda Almécegas (matrícula nº 27.461), localizada em Bonito de Minas/MG, de propriedade da própria Ecobrix; e **0,03920 ha não averbados** (incluídos no mapa apresentado junto ao PA SLA nº 4117/2022), também localizados na Fazenda Almécegas (matrícula nº 27.461), de modo a completar os 20% da área total mapeada pelo empreendedor (13,8481 ha), que se mostrou um pouco superior à área total matriculada (13,6950 ha).

MATRÍCULAS RURAIS COMPONENTES DO EMPREENDIMENTO							
MATRÍCULA	ÁREA TOTAL (ha)		RESERVA LEGAL (ha)		APPs (MAPA) (ha)	CARs	OBSERVAÇÕES
	MATRÍCULA	MAPA	AVERBADA	NÃO AVERBADA			
59.286 - Faz. do Salto	4,43317	3,5083	0 (menos de 4 módulos fiscais)		0	MG-3170206-8007.8BEE.3E75.44CA.AF17.233E.D724.98BD Proprietário/possuidor: Araguaia Engenharia Ltda. Matrículas: 59.286, 67.691 e 87.037	
67.691 - Faz. do Salto	6,337365	6,0199	0	1,5433 (incluída no mapa)	0,6558 (Rio Uberabinha)	Áreas Declaradas: Área total = 23,4049 ha (pouca diferença do mapa = 23,3763 ha) RL = 1,5366 ha (referente apenas à mat. 67.691, já que a da mat. 87.037 foi compensada em outra propriedade e a mat. 59.286 não possui RL) APP = 2,2291 ha (pouca diferença do mapa = 2,2753 ha)	
87.037 - Faz. do Salto	13,6950	13,8481	2,74 (AV-72-87.037 e AV-6-27.461)	0,03920 (incluída no mapa)	1,6195 (Rio Uberabinha)	Adesão ao PRA: não	RL da mat. 87.037 está compensada na propriedade de mat. 27.461. Mat. 27.461: área total = 10,2429 ha; RL própria = 2,05 ha (AV-4).
96.526 - Faz. do Salto, Córrego da Boa Vista e Faz. Monalisa	30,7732	30,6038	RL4 (3,94) + RL5 (2,22) = 6,16 (AV-2)	0	2,3756 (Rio Uberabinha)	MG-3170206-7089.9149.D779.4DC4.A3FF.E770.7B2E.B38F Proprietário/possuidor: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda. Matrícula: 96.526 Áreas Declaradas: Área total = 30,6234 ha (pouca diferença do mapa = 30,6038 ha) RL = 0 ha (as glebas da RL estão deslocadas da área da matrícula) APP = 2,3594 ha (pouca diferença do mapa = 2,3756 ha) Adesão ao PRA: sim	A mat. 96.524 (94,8428 ha) possuía RL de 18,98 ha dividida em 5 glebas (AV-3). Foi desmembrada, originando as mats. 96.525 (64,0695 ha) e 96.526 (30,7732 ha), esta última ficando com 2 das 5 glebas de RL, que estão deslocadas (em uma área não contígua, mas próxima ao imóvel).
MATRÍCULA COMPENSATÓRIA (FORA DO EMPREENDIMENTO)							
27.461 - Faz. Almécegas (Bonito de Minas/MG) Proprietário: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda.	10,2429	Não apresentado	2,05 (AV-4) + 2,74 (AV-6) = 4,79	0,03920 (referente à mat. 87.037 e incluída no mapa)	Não apresentado	MG-3108255-7D7C.9756.D660.45DF.BA06.4C41.A844.A954 Proprietário/possuidor: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda. Matrícula: 27.461 Áreas Declaradas: Área total = 10,2314 ha RL = 2,0526 ha (não contabilizou área de RL da mat. 87.037) APP = 0,2174 ha Adesão ao PRA: sim	2,05 ha (AV-4) correspondem à RL do próprio imóvel e 2,74 ha (AV-6) mais 0,03920 ha (não averbados, mas incluídos no mapa), à RL da mat. 87.037.

Quadro 02: Informações Sobre Reservas Legais das Matrículas Rurais do Empreendimento
Fonte: PU nº 75326280 (Seção 5 - Quadros 04 e 05), Sicar (data de acesso: 03/04/2024)

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 8 de 17
--	---	--

A parcela de RL averbada (2,74 ha) foi previamente relocada para fora da matrícula nº 87.037, conforme AV-72-87.037 (feita em 02/05/2023), objetivando viabilizar a ampliação da área de extração de basalto, conforme previsto no inciso I do § 2º do artigo 27 da Lei Estadual nº 20.922/2013.

Art. 27 - O proprietário ou o possuidor do imóvel rural poderá alterar a localização da área de Reserva Legal, mediante aprovação do órgão ambiental competente. (...)

§ 2º - A nova área de Reserva Legal proveniente da alteração a que se refere o *caput* poderá localizar-se fora do imóvel que continha a Reserva Legal de origem nas seguintes situações:

I - em caso de utilidade pública; (...)

Destaca-se que a alínea b do inciso I do artigo 3º da lei supracitada, prevê a atividade de mineração (exceto extração de areia, argila, saibro e cascalho) como de “utilidade pública”.

O imóvel rural em análise se encontra cadastrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) - registro: MG-3170206-8007.8BEE.3E75.44CA.AF17.233E.D724.98BD - que engloba as matrículas nº 59.286, nº 67.691 e nº 87.037.

O CAR da Fazenda Almécegas (que recebeu a RL compensatória) também foi apresentado - registro: MG-3108255-7D7C.9756.D660.45DF.BA06.4C41.A844.A954 - necessitando retificações no sentido de demarcar a área georreferenciada de RL compensatória e alterar a área declarada nas informações (aba documentação), onde foi citado apenas 2,30 ha de compensação referentes à matrícula nº 87.037.

A matrícula nº 87.037 se encontra às margens do Rio Uberabinha, onde a parcela de APP se encontra conservada.

3. ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO

O empreendedor requereu, por meio do Processo SEI nº 1370.01.0022080/2023-72, supressão de cobertura vegetal nativa em 1,7894 hectares, em vegetação de Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração natural, conforme Diagnóstico da Vegetação Nativa e Projeto de Intervenção Ambiental (PIA) apresentados nos autos.

Conforme já detalhado anteriormente neste parecer, a área solicitada inicialmente para intervenção era de 3,2015 ha. Porém, após solicitação do órgão ambiental quanto à reclassificação da fitofisionomia da área, por se tratar de vegetação característica de Mata Atlântica, o empreendedor alterou a área solicitada de intervenção para 1,7894 ha, coincidente com a área classificada como Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração natural.

Para subsidiar a análise da solicitação de intervenção ambiental, foi apresentado Projeto de Intervenção Ambiental com inventário florestal, sob responsabilidade técnica do Biólogo Diego Raymundo Nascimento (CRBio nº 104119/04-D e ART nº 20231000115680). Foram

alocadas 5 parcelas de 10 x 10 metros para a amostragem da vegetação. Para classificação dos estágios sucessionais da vegetação, o estudo baseou-se na Resolução CONAMA nº 392 de 2007, que estabelece os parâmetros para a classificação do estágio sucessional das fitofisionomias comuns ao bioma Mata Atlântica em Minas Gerais.

A amostragem registrou 72 indivíduos arbóreos, distribuídos em 18 espécies e 9 famílias botânicas. As 3 espécies com maior valor de importância foram *Senegalia polyphylla*, *Machaerium acutifolium* e *Platypodium elegans*, que juntas representaram 70% dos indivíduos e 57% do valor de importância total, sendo que a primeira apresentou elevada dominância na área. Em relação aos grupos sucessionais, cerca de 76% dos indivíduos são de espécies pioneiras. Não foram encontradas espécies classificadas como ameaçadas de extinção ou imunes de corte.

O dossel tem altura média de 6,3 m. O sub-bosque é presente atingindo cerca de 4 m. A serrapilheira é rala e em diversos pontos encontra-se dominada pelo capim braquiária. O DAP médio foi de 8,34 cm. Segundo o estudo apresentado, a área foi classificada em estágio inicial de regeneração, uma vez que a maioria dos parâmetros analisados se enquadram nessa categoria, conforme apresentado no quadro da Figura 05.

PARÂMETRO	ESTÁGIO SUCESSIONAL FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL		
	INICIAL	MÉDIO	AVANÇADO
Estratificação do dossel	Sem estratificação	Dossel e sub-bosque	Dossel, sub-dossel e sub-bosque
Altura média do dossel	Até 5 metros	Entre 5 e 12 metros	Superior a 12 metros
DAP Médio	Até 10 cm	Entre 10 e 20 cm	Superior a 20 cm
Grupo sucessional das espécies	Predominância de Pioneiras	Pioneiras e Secundárias	Predominância de Secundárias
Trepadeiras	Predominância de Herbáceas	Herbáceas ou lenhosas	Predominância de Lenhosas
Epífitas	Predominância de líquens, briófitas e pteridófitas	Predominância de angiospermas	Alta riqueza de epífitas
Dominância de espécies	Alta	Média	Baixa
Serrapilheira	Rala	Média	Densa

Figura 05: Parâmetros da Conama 392/2007 utilizados para a classificação do estágio da área.
Fonte: Inventário Florestal - Projeto de Intervenção Ambiental (PIA) (documento SEI nº 79334030)

O volume lenhoso total estimado foi de 96,27 m³ de lenha, já considerando o volume de tocos e raízes, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, de 2021. Conforme apresentado no estudo, não foram mensurados indivíduos passíveis de serem considerados para geração de volume lenhoso na forma de madeira conforme a legislação. O material lenhoso será doado, conforme informado no requerimento de intervenção ambiental.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 10 de 17
--	---	---

Foram realizadas 2 vistorias na área do empreendimento para avaliar a solicitação de intervenção ambiental, a primeira em 20/10/2023, quando foi solicitado novo estudo de flora, assim como apresentação de propostas de compensação ambiental. A segunda foi realizada em 16/02/2024, após a apresentação do novo Projeto de Intervenção Ambiental (PIA), momento no qual foi constatada a realização de supressão de vegetação nativa de forma irregular na área pleitada neste processo, em uma área de, aproximadamente, 0,24 ha. Para tanto, foi lavrado o AI nº 331579/2024, tendo sido embargada a área de intervenção.

Portanto, este parecer avalia o requerimento para intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetação nativa, com destoca, sendo 1,5494 ha de área a ser suprimida e 0,24 ha de área já desmatada irregularmente, para a qual se pleita a sua regularização corretiva.

A legislação ambiental traz a possibilidade de regularização corretiva de intervenção ambiental realizada sem autorização, desde que atendidas algumas condições. Considerando que o empreendedor atende a todas as condições elencadas, não há restrição para regularizar a intervenção realizada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Decreto Estadual nº 47.749/2019

Art. 12 - A suspensão da obra ou atividade que deu causa à supressão irregular poderá ser afastada por meio de autorização para intervenção ambiental corretiva, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - possibilidade de inferir a tipologia vegetacional existente originalmente na área suprimida, por meio da apresentação, pelo infrator, de inventário florestal de vegetação testemunho em área adjacente ou de inventário florestal da própria área, elaborado antes da supressão irregular, e do respectivo registro de responsabilidade técnica junto ao conselho profissional;

II - inexistência de restrição legal ao uso alternativo do solo na área suprimida;

IV - recolhimento, pelo infrator, da reposição florestal, da taxa florestal e das compensações ambientais previstas na legislação ambiental vigente.

Art. 13 - A possibilidade de regularização, por meio da obtenção da autorização para intervenção ambiental corretiva, não desobriga o órgão ambiental de aplicar as sanções administrativas pela intervenção irregular.

Parágrafo único - O infrator deverá, em relação às sanções administrativas aplicadas, comprovar, alternativamente:

I - desistência voluntária de defesa ou recurso apresentado pelo infrator junto ao órgão ambiental competente e recolhimento do valor da multa aplicada no auto de infração;

II - conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

III - parcelamento dos débitos devidos a título de multa aplicada em auto de infração;

IV - depósito do valor da multa em conta específica que, após o trânsito em julgado do auto de infração, será revertido ao Estado, caso a penalidade seja mantida.

No intuito de mitigar os impactos da supressão da vegetação para a fauna local, foi solicitada proposta de afugentamento da fauna por meio de ofício de informações complementares. Considerando que a área de intervenção ambiental, apesar de antropizada,

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 11 de 17
--	---	---

se encontra contígua a um remanescente de fragmento florestal em melhor estágio de conservação, foram apresentadas as seguintes ações a serem executadas:

- Contratação de um biólogo para acompanhamento *full time* de todas as atividades de desmate;
- Adoção de técnicas de afugentamento da fauna silvestre às vésperas e antes do início da atividade de supressão;
- Patrulhamento da área em busca de ninhos e animais de baixa vagilidade; os quais deverão ser realocados imediatamente;
- A frente de supressão deverá ocorrer obrigatoriamente de montante para jusante; de modo que a fauna possa se deslocar em direção ao fragmento de vegetação nativa remanescente.

4. COMPENSAÇÕES

4.1 COMPENSAÇÃO POR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NO BIOMA MATA ATLÂNTICA - LEI FEDERAL Nº 11.428/2006

Conforme explicitado anteriormente, o empreendimento solicita a realização de intervenção em vegetação nativa do bioma Mata Atlântica para a ampliação da área de lavra, em uma área de 1,7894 ha. A vegetação foi caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual (FES) em estágio inicial de regeneração natural conforme o estudo florístico.

A legislação federal (Lei nº 11.428/2006 e Decreto nº 6.660/2008) disciplina sobre a utilização e proteção especial da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, elenca os casos passíveis do corte, supressão e exploração da sua vegetação nativa, a depender da classificação do seu estágio sucessional, e exige compensação pelas intervenções.

Art. 25 - O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica serão autorizados pelo órgão estadual competente.

Conforme se observa na norma que rege as intervenções ambientais em vegetação de Mata Atlântica citada acima, não há restrição para a autorização de intervenção em vegetação de Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração para o caso em questão, tampouco é exigida compensação.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 12 de 17
--	---	---

4.2 COMPENSAÇÃO POR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM EMPREENDIMENTO MINERÁRIO - LEI ESTADUAL Nº 20.922/2013

Tendo em vista que o empreendimento realizará a supressão de vegetação nativa, faz-se necessária a cobrança da compensação florestal/minerária, de acordo com a Lei Estadual nº 20.922/2013 e Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Lei Estadual nº 20.922/2013

Art. 75 - O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.

§ 1º - A área utilizada como medida compensatória nos termos do caput não será inferior àquela que tiver vegetação nativa suprimida pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.

Decreto Estadual nº 47.749/2019

Art. 62 - Nos termos do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, o empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral.

§1º - A compensação de que trata o caput, quando destinada para regularização fundiária, deverá ser cumprida em Unidade de Conservação de Proteção Integral Federal, Estadual ou Municipal, localizada no Estado de Minas Gerais.

Art. 63 - A competência para análise da compensação por supressão de vegetação nativa por empreendimentos minerários é do IEF.

Assim, será condicionado neste parecer que o empreendedor comprove a formalização do processo de compensação florestal minerária junto ao IEF, conforme preconiza o artigo 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013 e a Subseção II (artigos 62 a 72) do Decreto Estadual nº 47.749/2019. Os procedimentos administrativos para cumprimento da compensação estão descritos na Portaria IEF nº 27/2017.

5. QUADRO RESUMO DAS INTERVENÇÕES AMBIENTAIS

Informações Gerais

Município: Uberlândia/MG

Imóvel: Fazenda do Salto

Responsável pela intervenção: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda.

CPF/CNPJ: 18.675.364/0001-37

Modalidade principal: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso

alternativo do solo

Protocolo: 1370.01.0022080/2023-72

Bioma: Cerrado

Área Total Autorizada: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo: 1,5494 ha; Autorização para intervenção ambiental corretiva - Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo: 0,24 ha.

Longitude, Latitude e Fuso: Coordenadas UTM - LAT: 7.910.713; LONG: 780.894; Fuso: 22K

Decisão: Sugestão pelo Deferimento

Modalidade de Intervenção	Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo
Área ou Quantidade Autorizada	1,5494 ha
Bioma	Cerrado
Fitofisionomia	Floresta Estacional Semidecidual - estágio inicial
Rendimento Lenhoso (m³)	96,27 m³
Coordenadas Geográficas	LAT: 7.910.713; LONG: 780.894; Fuso: 22K
Validade/Prazo para Execução	Vinculado à validade da RENLO nº 4117 - 24/11/2031

Modalidade de Intervenção	Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo (Autorização Corretiva)
Área ou Quantidade Autorizada	0,24 ha
Bioma	Cerrado
Fitofisionomia	Floresta Estacional Semidecidual - estágio inicial
Rendimento Lenhoso (m³)	96,27 m³
Coordenadas Geográficas	LAT: 7.910.713; LONG: 780.894; Fuso: 22K
Validade/Prazo para Execução	Vinculado à validade da RENLO nº 4117 - 24/11/2031

6. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de peticionamento efetuado de acordo com o regramento legal com supedâneo no parágrafo único do art. 36 do Decreto Estadual 47.383/2018, tendo sido atendido à prescrição normativa plasmada na legislação ambiental, sobretudo, da Deliberação Normativa 217/2017, e do supradito Decreto.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 14 de 17
--	---	---

Inicialmente insta ressaltar, considerando que para empreendimentos ou atividades regularizados é possível tanto no aspecto técnico quanto jurídico, o incremento dos percentuais antes autorizados mediante Adendo ao Parecer.

Os Adendos aos Pareceres de regularização de empreendimentos ou atividades no âmbito do Estado de Minas Gerais, seguem a regra da prorrogação de competência, com fulcro no caput do art. 5º do Decreto Estadual 47.383/2018 c/c com inciso III do art. 14 da Lei Estadual 21.972/2016, neste contexto invocando a competência insculpida no caput do art. 10 do Decreto Estadual 46.953/2016.

Mormente, no que tange aos Adendos, o empreendedor terá regularização remanescente da atividade pretérita regularizada, incrementando, caso seja necessário, medidas de comando e controle adicionais para o exercício da atividade expandida, sendo que no parecer em comento, foi aplicado as exigências da Lei Federal 11.428/2006 e Decreto Federal nº 6.660/2008. Destarte, foi autorizado conforme inciso I do §2º do art. 27 da Lei Estadual 20.922/2013 a relocação da reserva legal, ante o exercício de atividade de utilidade pública.

Urge informar que no tocante a compensação ambiental, à luz do art. 75 da Lei Estadual 20.922/2013 c/c artigos 62 a 72 do Decreto Estadual 47.749/2019 foram assinaladas em condicionantes, neste contexto, os procedimentos administrativos para cumprimento da compensação estão prescritos na Portaria IEF nº 27/2017.

Portanto, ante o exposto, nos termos do §8º do art. 35 do Decreto Estadual 47.383/2018, c/c caput do art. 8º da Lei Estadual 21.972/2016, assim como, alínea “a” do inciso II do art. 2º da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF Nº 3.102/ 2021 e por fim, do art. 3º do Decreto Estadual 47.749/2019, e consoante o inciso I do § 1º do art. 14 do Decreto Estadual 46.953/2016, será de competência da **CMI (Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias)**.

7. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar da URA Triângulo Mineiro sugere o **deferimento** da **Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)**, com **supressão de 1,7894 ha de Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração**, em parte da Fazenda do Salto (matrícula nº 87.037), localizada no município de Uberlândia/MG, para continuação da operação do empreendimento Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda., com validade até 24/11/2031.

A sugestão pelo deferimento se dá aliada ao cumprimento das condicionantes listadas ao final deste Parecer Único (Anexo I), bem como da legislação ambiental pertinente.

As orientações descritas em estudos e as recomendações técnicas e jurídicas apresentadas neste parecer, através das condicionantes listadas em anexo, deverão ser apreciadas pela Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias (CMI) do COPAM.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 15 de 17
--	---	---

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento, ou cumprimento fora do prazo, de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste Parecer Único (Anexo I) e/ou qualquer alteração, modificação e ampliação do empreendimento sem a devida e prévia comunicação à URA TM, tornam-no passível de autuação.

Cabe esclarecer que a URA TM não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nos autos, sendo esta da empresa e/ou seu(s) responsável(eis) técnico(s).

8. ANEXOS

Anexo I. Condicionante da AIA - Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 16 de 17
--	---	---

ANEXO I

Condicionantes da AIA - Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda.

Empreendedor: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda. Empreendimento: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda. CNPJ: 18.675.364/0001-37 Município: Uberlândia/MG Atividade(s): Extração de rocha para produção de britas Britamento de pedras para construção Código(s) DN 217/17: A-02-09-7 B-01-01-5 Processo (SLA): 4117/2022 Validade da licença: 24/11/2031		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Comprovar o cumprimento da compensação florestal minerária, disciplinada pelo artigo 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, conforme descrito na subseção 4.2 deste parecer.	1 ano
02	Apresentar relatório técnico e fotográfico, com ART do responsável técnico, comprovando a destinação do material lenhoso gerado com as intervenções aprovadas neste parecer.	Mensalmente, até a conclusão da intervenção
03	Apresentar relatório técnico e fotográfico, com ART do responsável técnico, comprovando a execução das ações de mitigação dos impactos para a fauna durante o procedimento de intervenção, conforme descrito na seção 3 deste parecer.	Mensalmente, até a conclusão da intervenção
04	Apresentar registro do CAR da Fazenda Almécegas (matrícula nº 27.461), do município de Bonito de Minas/MG, demarcando a área de Reserva Legal compensatória da Fazenda do Salto (2,74 ha + 0,03920 ha), tanto nos polígonos georreferenciados, quanto citar, na aba de documentação, a área correta (que foi declarada 2,30 ha, divergindo da realidade).	60 dias
05	Relatar a essa SUPRAM todos os fatos ocorridos durante a supressão que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação.	Durante a vigência da AIA

***Salvo especificações, os prazos serão contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

Obs. 1: Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante, sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

Obs. 2: A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Obs. 3: Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM Coordenação de Análise Técnica Triângulo Mineiro - CAT TM	PU nº 90094004 Data: 11/06/2024 Pág. 17 de 17
--	---	---

Obs. 4: Caberá ao requerente providenciar a publicação da concessão ou renovação de licença, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da concessão da licença, em periódico regional local de grande circulação, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017.

Obs. 5: As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a sucedê-las.

Obs. 6: Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do § 2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL****Assessoria de Órgãos Colegiados COPAM/MG**

Decisão SEMAD/ASSOC - SE.COPAM nº. da/2024

Belo Horizonte, 28 de junho de 2024.

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) públicas as DECISÕES deliberadas na 112ª Reunião Ordinária da **Câmara de Atividades Minerárias (CMI)**, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 28 de junho de 2024, às 9h, a saber: **5. Exame da Ata da 111ª RO de 27/05/2024. APROVADA. 6. Processos Administrativos para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação:** 6.1 Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda./Jazida - UVF Arinos - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Arinos/MG - PA/SLA/Nº 698/2024 - ANM: 831.185/2023 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NOR. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7. Processos Administrativos para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - "Ampliação":** 7.1 Vale S.A. - Supressão da Vegetação Residuíria - Barragem Sul - Atividades e empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas - São Gonçalo do Rio Abaixo/MG - PA/SLA/Nº 4372/2022 - ANM: 930.021/2004 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7.2 C. Fernando R. da Paz & Cia. Ltda. - Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos - Caldas/MG - PA/SLA/Nº 1084/2023 - ANMs: 830.858/1983 e 831.073/1984 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE ATÉ 17/10/2027. 8. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação concomitante com a Licença de Operação:** 8.1 Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) - Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro - São Sebastião da Vargem Alegre, Muriaé e Rosário da Limeira/MG - PA/SLA/Nº 499/2023 - ANMs: e 830.755/1981 830.776/1982 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 9. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação:** 9.1 Gold Stone Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálico e Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Bocaíuva/MG - PA/SLA/Nº 980/2023 - ANM: 830.124/2020 - SEI/Nº 1370.01.0032894/2023-64 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. 3º, alínea b). Apresentação: URA NM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 10. Processo Administrativo****

para exame de Licença de Operação: 10.1 Pedreira Um Ltda. - Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos com tratamento a seco - Coronel Fabriciano/MG - PA/SLA/Nº 2705/2023 - ANM: 832.241/2006 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação URA LM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS.** 11. **Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva:** 11.1 Fleurs Global Mineração Ltda. - Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Raposos, Nova Lima e Sabará/MG - PA/SLA/Nº 284/2022 - SEI/Nº 1370.01.0061024/2021-70 - Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional - DGR/PLS. **PEDIDO DE VISTAS pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio), Fernando Benício de Oliveira Paula representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, Francisco de Assis Lafetá Couto representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra) e Thiago Rodrigues Cavalcanti Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg).** 12. **Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Instalação:** 12.1. Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. - Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração - Tapira/MG - PA/SLA/Nº 4148/2022 - SEI/Nº 2090.01.0011938/2023-73 - ANMs: 930.785/1988 e 833.476/2012 - Classe 6. Apresentação: URA TM. **DEFERIDO CONFORME PARECER.** 13. **Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Operação:** 13.1 Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda. - Extração de rocha para produção de britas; Britamento de pedras para construção - Uberlândia/MG - PA/SLA/Nº 4117/2022 - SEI/Nº 1370.01.0022080/2023-72 - ANMs: 830778/2003, 830779/2003 e 834451/2010 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA TM. **DEFERIDO CONFORME PARECER.** 14. **Processo Administrativo para exame de alteração/inclusão/exclusão de condicionantes da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - "Ampliação":** 14.1 Itabrita - Britadora Itatiaiuçu Ltda. - Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril - Carmo do Cajuru/MG - PA/SLA/Nº 4777/2021 - ANMs: 850.719/1978 e 831.002/1988 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA ASF. **DEFERIDO CONFORME PARECER.**

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 28/06/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **91402212** e o código CRC **94FFF228**.

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) públicas as DECISÕES deliberadas na 112ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCb462m8py3C1jsJ4w>, no dia 28 de junho de 2024, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 111ª RO de 27/05/2024. APROVADA. 6. Processos Administrativos para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 6.1 Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda./ Jaridá - UVF Arinos - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Arinos/MG - PA/SLA/Nº 698/2024 - ANM: 831.185/2023 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NOR. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7. Processos Administrativos para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - "Ampliação": 7.1 Vale S.A. - Supressão da Vegetação Residuíria - Barragem Sul - Atividades e empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas - São Gonçalo do Rio Abaixo/MG - PA/SLA/Nº 4372/2022 - ANM: 930.021/2004 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7.2 C. Fernando R. da Paz & Cia. Ltda. - Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos - Caldas/MG - PA/SLA/Nº 1084/2023 - ANMs: 830.858/1983 e 831.073/1984 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE, VALIDADE ATÉ 17/10/2027. 8. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação concomitante com a Licença de Operação: 8.1 Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) - Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro - São Sebastião da Vargem Alegre, Muriaé e Rosário da Limeira/MG - PA/SLA/Nº 499/2023 - ANMs: e 830.755/1981 830.776/1982 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). CONCEDIDA COM CONDICIONANTE, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 9. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 9.1 Gold Stone Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos com tratamento a seco - Coronel Fabriciano/MG - PA/SLA/Nº 2705/2023 - ANM: 832.241/2006 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação URA LM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 11. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 11.1 Fleurs Global Mineração Ltda. - Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Raposos, Nova Lima e Sabará/MG - PA/SLA/Nº 284/2022 - SEI/Nº 1370.01.0061024/2021-70 - Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional - DGR/PLS. PEDIDO DE VISTAS pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio), Fernando Benício de Oliveira Paula representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, Francisco de Assis Lafeté Couto representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra) e Thiago Rodrigues Cavalcanti Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg). 12. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Instalação: 12.1. Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. - Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração - Tapira/MG - PA/SLA/Nº 4148/2022 - SEI/Nº 2090.01.0011938/2023-73 - ANMs: 930.785/1988 e 833.476/2012 - Classe 6. Apresentação: URA TM. DEFERIDO CONFORME PARECER. 13. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Operação: 13.1 Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda. - Extração de rocha para produção de britas; Britamento de pedras para construção - Uberlândia/MG - PA/SLA/Nº 4117/2022 - SEI/Nº 1370.01.0022080/2023-72 - ANMs: 830778/2003, 830779/2003 e 834451/2010 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA TM. DEFERIDO CONFORME PARECER. 14. Processo Administrativo para exame de alteração/inclusão/exclusão de condicionantes da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - "Ampliação": 14.1 Itabrita - Britadora Itatiaçu Ltda. - Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril - Carmo do Cajuru/MG - PA/SLA/Nº 4777/2021 - ANMs: 850.719/1978 e 831.002/1988 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA ASE. DEFERIDO CONFORME PARECER.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias

28 1959762 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade LAS/RAS abaixo identificada:
1) Cooperativa Agro Pecuária do Vale do Paracatu Ltda - Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido - Paracatu/MG. Processo: 1133/2024.
(a) Ricardo Barreto Silva.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consultaaudiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Ricardo Barreto Silva. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.
1) Licença Prévia, de Instalação e de Operação, concomitantes (LAC 1): *Jose Osorio de Campos Almeida/Fazenda São Sebastiao I e Outros - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Brasília de Minas/MG. Processo: 1132/2024 - Classe 4. *Informa ainda o Requerimento para alteração

e Intervenção Ambiental. Processo SEI/Nº 1370.01.0043753/2023-05 e 1370.01.0043172/2023-75. Alteração da localização da RL dentro do próprio imóvel rural que contem a RL de origem em (256,2184) ha. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (10,1127) ha. Intervenção COM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP (6,0598) ha. Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (2.579) unidades, em (634,3882) ha.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:
1) LAS CADASTRO: Jarbas de Paula/Fazenda Céu Pequeno - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - João Pinheiro/MG, nº da licença 6407, PA nº 6407/2021 Classe: 2. Válida até: 17/12/2031, do responsável: Jarbas de Paula, CPF: 145.74.*.***.**. - Para os novos titulares: Ivan Luiz Coelho Neto. CPF: 041.61.*.***.**. Fazenda Céu Pequeno - Matrícula 44.844 - 25% da Área da Matrícula: São Sebastião Administradora de Bens Ltda. CNPJ: 21.792.087/0001-57. Fazenda Céu Pequeno - Matrícula 44.844 - 25% da Área da Matrícula e Flávio Augusto Dumont Prado. CPF: 001.31.*.***.**, Fazenda Céu Pequeno - Matrícula 44.844 - 50% da Área da Matrícula.
(a) Ricardo Barreto Silva.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público o CANCELAMENTO dos processos abaixo identificados:
1) Licenciamento Ambiental Simplificada (LAS-CADASTRO): *Claudio Nasser de Carvalho/Fazenda Futura I e II, Matrículas 36.307 e 36.308 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Brasília de Minas/MG - PA/Nº. 84879867/2019 - Classe 2. Motivo: A pedido do empreendedor. 2) *Claudio Nasser de Carvalho/Fazenda Planalto - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Brasília de Minas/MG - PA/Nº. 5282/2020 - Classe 2. Motivo: A pedido do empreendedor. 3) *Claudio Nasser de Carvalho/Fazenda Futura I e II, Matrículas: 36.307 e 36.308 - Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal. - Brasília de Minas/MG - PA/Nº. 2625/2021 - Classe 2. Motivo: A pedido do empreendedor. 4) *Claudio Nasser de Carvalho/Fazenda Futura I e II, Matrículas: 36.307 e 36.308 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Brasília de Minas/MG - GA/Nº. 1885/2022 - Classe 2. Motivo: A pedido do empreendedor.

(a) Ricardo Barreto Silva.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

28 1959602 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:
1) CBI AGROPECUARIA LTDA, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Minas Novas/MG, PA nº 1082/2024.

(a) Carla Fernanda de Araújo

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público a revogação da Licença Ambiental abaixo identificada:
- Licença Ambiental Simplificada – Las Cadastro: 1) COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JOPA LTDA, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Coronel Murta/MG, PA nº 1135/2024, Classe 2. Motivo: Ampliação regularizada pelo Las Cadastro PA nº 3022/2021.

(a) Carla Fernanda de Araújo

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:
- Licença Ambiental Concomitante – LAC 1 (LP+LI+LO): 1) ICM MINERACAO & SERVICOS LTDA, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Diamantina/MG, PA nº 1107/2024, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA nº 2090.01.0010255/2024-18.

(a) Carla Fernanda de Araújo

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:
- Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) CPE PARTICIPACOES LTDA - CGH Fumaça, Central Geradora Hidrelétrica – CGH, Coluna/MG, PA nº 735/2024, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 28/06/2034.

(a) Carla Fernanda de Araújo

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

28 1959447 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:
- LAS Cadastro: 1) T&J Marmoraria Ltda, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Abre Campo/MG, PA nº 1023/2024, Classe 2. Motivo: Não resposta as pendencias.

(a) Dorgival da Silva

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

28 1959715 - 1

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, JESSICA APARECIDA DA

SILVA FERREIRA, MASP 1367195-3, para o cargo de provimento em comissão DAI-18 MA1100329, de recrutamento limitado, para chefiar o Núcleo de Apoio Operacional Central Metropolitana.

28 1959796 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aos servidores:

MASP	Servidor	Admissão	Carreira	Referência do quinquênio de exercício	Vigência
1021173/8	ADRIANA BATISTA MACHADO MENDONCA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	5º	25/05/2015
1021173/8	ADRIANA BATISTA MACHADO MENDONCA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	23/05/2020
1021184/5	ALBERTO DA COSTA RIBEIRO	1	ANALISTA AMBIENTAL	6º	23/06/2020
1021004/5	ANA PAULA BRANDAO MENEZES	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	09/08/2023
1020844/5	ANTONIO ALVES CRUZEIRO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	25/03/2021
1020813/0	ANTONIO DE OLIVEIRA DIAS	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	29/01/2020
1021178/7	ANTONIO RIBEIRO DE PAULA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	23/05/2020
1020871/8	ANTONIO SERGIO MIRANDA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	26/03/2021
1021148/0	ANTONIO VIEIRA CARVALHO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	05/07/2019
1220062/2	BRUNA ROCHA BARBALHO	1	ANALISTA AMBIENTAL	3º	25/03/2024
1020929/4	CELSO ROBERTO BEZERRA PENA	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	21/06/2022
1021168/8	CRISTINA BARROSO DE CARVALHO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	02/06/2020
1197306/2	CRISTINA CAMPOS DE FARIA	2	ANALISTA AMBIENTAL	2º	02/03/2019
1197306/2	CRISTINA CAMPOS DE FARIA	2	ANALISTA AMBIENTAL	3º	29/02/2024
1217642/6	DAYANE APARECIDA PEREIRA DE PAULA	1	ANALISTA AMBIENTAL	2º	02/03/2019
1217642/6	DAYANE APARECIDA PEREIRA DE PAULA	1	ANALISTA AMBIENTAL	3º	29/02/2024
1020983/1	EDMILSON DA SILVA	1	TÉCNICO AMBIENTAL	6º	20/06/2018
1020983/1	EDMILSON DA SILVA	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	19/06/2023
1020837/9	ELIZABETH DUTRA DE FARIA FERREIRA	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	27/12/2020
1020956/7	EMILIA ANGELICA FIGUEIREDO FREIRE	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	26/01/2023
1021115/9	ENIO TADEU DA SILVA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	5º	29/06/2014
1021115/9	ENIO TADEU DA SILVA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	05/07/2019
1196883/1	FABIANO DO PRADO OLEGARIO	2	ANALISTA AMBIENTAL	2º	15/03/2019
1196883/1	FABIANO DO PRADO OLEGARIO	2	ANALISTA AMBIENTAL	3º	16/03/2024
1020895/7	FERNANDA CRISTINA DE ALMEIDA MOREIRA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	05/05/2021
1021117/5	FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	19/12/2023
0350687/0	GERALDA DA CONCEICAO COELHO	2	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	19/06/2023
0388711/4	ILMA SOARES DA SILVA	2	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	19/06/2023
1020853/6	ITAIR CAMARGO	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	03/04/2021
1020876/7	JACI DA SILVA FILHO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	18/04/2021
1021078/9	JANIO ANTONIO DIAS	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	17/07/2019
1020601/9	JARBAS JORGE DE ALCANTARA	1	TECNICO AMBIENTAL	9º	10/02/2024
0835370/8	JOAO GERALDO FERREIRA SANTOS	1	ANALISTA AMBIENTAL	6º	11/02/2024
1021167/0	JOAQUIM ANTONIO DOS SANTOS	1	ANALISTA AMBIENTAL	6º	26/05/2020
1021081/3	JOSE ADILSON BORGES RIBEIRO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	5º	29/06/2014
1021081/3	JOSE ADILSON BORGES RIBEIRO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	30/06/2019
1021183/7	JOSE CARLOS BORGES ROSA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	29/06/2020
1020881/7	JOSE FERREIRA PIRES	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	22/03/2021
1021088/8	JOSE MARIA MOREIRA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	28/06/2019
0765433/8	JOSE NORBERTO LOBATO	2	ANALISTA AMBIENTAL	7º	04/10/2022
1020958/3	JOSEANA MARCIA CARDOSO BATISTA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	22/01/2023
1220685/0	JOYCEMARA CARRERA DA CUNHA	1	ANALISTA AMBIENTAL	2º	03/04/2019
1220685/0	JOYCEMARA CARRERA DA CUNHA	1	ANALISTA AMBIENTAL	3º	01/04/2024
1020921/1	JUNIA MESQUITA MIRANDA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	01/06/2016
1020921/1	JUNIA MESQUITA MIRANDA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	31/05/2021
1020991/4	LAUDICENA CURVELO PEREIRA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	5º	25/07/2014
1020991/4	LAUDICENA CURVELO PEREIRA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	24/07/2019
1020922/9	LUISA DE MARILAC FROES RIGHI	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	03/06/2021
1021042/5	LUIZ BENFICA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	06/06/2019
1020766/0	LUIZ CARLOS LOPES BENICIO	1	TECNICO AMBIENTAL	8º	20/02/2024
1021016/9	LUIZ CLAUDIO GUIMARAES	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	09/02/2024
1020900/5	LUZIA MEDEIROS DE SOUZA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	14/06/2021
1020924/5	MARCIANO BONFA DO CARMO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	02/06/2021
1020885/8	MARCUS VINICIUS DE FREITAS	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	06/05/2021
1020960/9	MARIA MARILENE RAMOS SILVA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	27/01/2023
1020902/1	MARIA MARTINS DA SILVA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	19/06/2021
1020860/1	NELSON AUGUSTO VIANA DO CARMO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	01/03/2016
1020860/1	NELSON AUGUSTO VIANA DO CARMO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	28/02/2021
1020990/6	OSCARINO NOGUEIRA CABRAL	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	19/06/2023
1020832/0	OTACILIO BARBOSA AVILA XAVIER	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	13/01/2021
1021301/5	PATRICIA LAUAR DE CASTRO	1	ANALISTA AMBIENTAL	5º	05/03/2024
1021046/6	PEDRO LUIZ DE FARIA FILHO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	28/05/2019
1021046/6	PEDRO LUIZ DE FARIA FILHO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	26/05/2024
1367786/9	RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES	1	ANALISTA AMBIENTAL	1º	30/06/2019
0436169/7	RICARDO AFONSO COSTA LEITE	4	ANALISTA AMBIENTAL	7º	26/03/2023
1020905/4	ROBERTO CARLOS SILVA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	23/03/2016
1020905/4	ROBERTO CARLOS SILVA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	22/03/2021
1221221/3	RODRIGO MESQUITA COSTA	1	ANALISTA AMBIENTAL	2º	14/10/2019
1021037/5	ROGERIA MARCIA TEIXEIRA DA ROCHA ARAUJO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	24/03/2024
1116637/8	SANDRA VANESSA MARQUES CARVALHO	3	ANALISTA AMBIENTAL	2º	06/03/2019
1116637/8	SANDRA VANESSA MARQUES CARVALHO	3	ANALISTA AMBIENTAL	3º	04/03/2024
1021038/3	SILVIO SALDANHA LOBATO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	22/02/2019
1021038/3	SILVIO SALDANHA LOBATO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	21/02/2024
1021008/6	SIMONE GOMES DA SILVA SOUSA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	06/01/2024
1020994/8	SORAIA APARECIDA VIEIRA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	22/02/2024
1220288/3	THAIS DE ANDRADE BATISTA PEREIRA	1	ANALISTA AMBIENTAL	3º	26/03/2024
1021054/0	VALDIRLEY VANDRE DE OLIVEIRA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	5º	12/06/2014
1021054/0	VALDIRLEY VANDRE DE OLIVEIRA	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	11/06/2019
1021014/4	VALERIA CRISTINA REZENDE	1	ANALISTA AMBIENTAL	6º	24/01/2019
1021014/4	VALERIA CRISTINA REZENDE	1	ANALISTA AMBIENTAL	7º	23/01/2024
1020761/1	VALTER ANDRADE DE CARVALHO	1	AUXILIAR AMBIENTAL	8º	21/02/2024
1021007/8	VANIA MARA DE SOUZA SARMENTO	1	TÉCNICO AMBIENTAL	6º	08/01/2019
1021007/8	VANIA MARA DE SOUZA SARMENTO	1	TÉCNICO AMBIENTAL	7º	07/01/2024
1021104/3	VANIR CORTEZ	1	AUXILIAR AMBIENTAL	6º	28/06/2019
1020907/0	WALTER RIBEIRO FERNANDES	1	AUXILIAR AMBIENTAL	7º	07/07/2021

28 1959485 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam, no uso de suas atribuições legais, CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aos servidores:

MASP	Servidor	Admissão	Carreira	Referência do quinquênio de exercício	Vigência
1100714/3	GILCELE CRISTINA SILVA	1	ANALISTA AMBIENTAL	2º	27/03/2019
1100714/3	GILCELE CRISTINA SILVA	1	ANALISTA AMBIENTAL	3º	25/03/2024
1043822/4	LUCIANA OLIVEIRA CAMPOS	1	TÉCNICO AMBIENTAL	6º	26/05/2020
1147160/4	MARIANA FIGUEIREDO LOPES	1	ANALISTA AMBIENTAL	3º	09/07/2021



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Folha de Decisão da 112ª RO da Câmara de Atividades Minerárias (CMI)
do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).**

Data: 28 de junho de 2024, às 9h.

Endereço Virtual da Reunião:

<https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w>

Empreendedor/Empreendimento: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda.

Adendo à Licença de Operação:

PA/SLA/Nº 4117/2022

URA TM

DECISÃO DA CÂMARA:

☒ **DEFERIDO CONFORME PARECER.**

☐ **CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES - VALIDADE:**

☐ **REFERENDADA COM CONDICIONANTES - VALIDADE:**

☐ **REFERENDADA SEM CONDICIONANTES - VALIDADE:**

☐ **INDEFERIDA, CONFORME PARECER**

☐ **RETIRADO DE PAUTA**

☐ **BAIXADO EM DILIGÊNCIA**

☐ **ARQUIVAMENTO**

☐ **SOBRESTADO**

- ☐ ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE:
 ☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA
- ☐ INCLUSÃO DE CONDICIONANTE:
 ☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA
- ☐ EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE:
 ☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA
- ☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA - VALIDADE: ____/____/____
 ☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA
- ☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATENDIMENTO DE CONDICIONANTE:
 ☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA
- ☐ RECONSIDERAÇÃO DA LICENÇA:
 ☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA
- ☐ PEDIDO DE VISTAS.

APURAÇÃO DE QUÓRUM:

QUÓRUM INICIAL: 12 (Doze)

ENTIDADES: Segov; Sede; Sedese; Codemig; Copasa; Ciemg; Sindiextra; Zeladoria do Planeta; Assemg; Dom Helder Câmara; ANM; IHMBio;

APURAÇÃO DE VOTOS NOS TERMOS DO PARECER ÚNICO:

QUÓRUM VOTAÇÃO: 10 (Dez)

(10) VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Sedese; Codemig; Ciemg; Sindiextra; Assemg; Dom Helder Câmara; ANM; IHMBio;

(02) AUSENTE VOTAÇÃO: Copasa; Zeladoria do Planeta;

(00) IMPEDIMENTO: **

(00) VOTOS CONTRA: **

(00) ABSTENÇÕES:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome Completo: Sabrina de Souza Nunes Nascimento

MASP: 14719017

Setor: Assessoria de Órgãos Colegiados

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 02/07/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **91542483** e o código CRC **B7C6B89B**.

Referência: Processo nº 1370.01.0019281/2024-79

SEI nº 91542483



FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

CERTIFICADO

AIA - AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL Nº AIA: 025/2024

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 14, inciso I, da Lei nº Estadual 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, concede à empresa abaixo relacionada a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

NÚMERO DO PROCESSO DE AIA	NÚMERO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	NÚMERO DO CERTIFICADO DE LICENÇA	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE
1370.01.0022080/2023-72	4117/2022	(LAC1) LO Nº 4117	Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA - Triângulo Mineiro
1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR			
Nome: Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda		CPF/CNPJ: 18.675.364/0001-37	
Endereço: Rodovia Laudelina Perpétua de Jesus (Setor Usinas)		Complemento:	Bairro: Distrito Industrial
Município: Uberlândia	UF: MG	CEP: 38.402-829	
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
Nome: Araguaia Engenharia		CPF/CNPJ: 19.465.574/0001-63	
Endereço: Av. José Andraus Gassani nº5555		Complemento:	Bairro: Industrial (setor usinas)
Município: Uberlândia	UF: MG	CEP: 38402-339	
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL			
Denominações: Fazenda do Salto (Matricula 87.037)		Áreas Total (ha): 13,6639 ha	
Registro nº: Mat. 87.037 Livro: 02 FOLHA 01 COMARCA: UBERLÂNDIA/MG		Área Total RL (ha): 2,7392 ha	
Município/Distrito: Uberlândia	UF: MG	INCRA (CCIR):	
Coordenada Plana (UTM):	Fuso: 22K	LAT: 7.910.713	LONG: 780.894
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-8007.8BEE.3E75.44CA.AF17.233E.D724.98BD			
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA		5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA	
Tipo de Intervenção	Quantidade	Un	Uso a ser dado à área
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo.	1,5494	ha	Mineração
Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo (Autorização Corretiva)	0,24	ha	
Total:	1,7894	ha	Total:
Área (ha): 1,7894 ha			
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber
Mata Atlântica e Cerrado	1,7894 ha	Floresta Estacional Semidecidual	estágio inicial
Total:	1,7894 ha	Total:	1,7894 ha
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Lenha de floresta nativa	96,27	m³
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA			
Adryana Machado Guimarães - Analista Ambiental _____ Masp nº 1.364.415-8			
Ana Luiza Moreira da Costa - Analista Ambiental _____ Masp nº 1.314.284-9			
Anderson Mendonça Sena - Analista Ambiental _____ Masp nº 1.225.711-9			
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez – Coordenador Regional de Análise Técnica _____ Masp nº 1.198.078-6			
De acordo: Paulo Rogério da Silva – Coordenador Regional de Controle Processual _____ Masp nº 1.495.728-6			

Data da Vistoria: 27/02/2024

9. VALIDADE

Data de Emissão: 27/11/2023

Data de Validade: 24/11/2031

Observações:

ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DO CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL E DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP".

10. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)**Medidas Compensatórias:**

Será condicionado no parecer que o empreendedor comprove a formalização do processo de compensação florestal minerária junto ao IEF, conforme preconiza o artigo 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013 e a Subseção II (artigos 62 a 72) do Decreto Estadual nº 47.749/2019. Os procedimentos administrativos para cumprimento da compensação estão descritos na Portaria IEF nº 27/2017.

11. OBSERVAÇÃO:

O Adendo à Licença de Operação se dá pelos seguintes motivos:

- Autorização para Intervenção Ambiental (AIA), com supressão de 1,7894 ha de Floresta Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração, em parte da Fazenda do Salto (matrícula nº 87.037), localizada no município de Uberlândia/MG. A sugestão pelo deferimento se dá aliada ao cumprimento das condicionantes listadas ao final do Parecer Único (Anexo I), bem como da legislação ambiental pertinente.

Uberlândia, 29 de Junho 2024.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 25/07/2024, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **92540966** e o código CRC **202D95B3**.